RESUMO EXPANDIDO - III. PESQUISA CIENTÍFICA RELACIONADA ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE NA DISCIPLINA DE CIÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO/ EDUCACIÓN AMBIENTAL AMPLIADA COMO PRÁCTICA INTERDISCIPLINARIA DE SOSTENIBILIDAD UNIVERSITARIA EN LA ASIGNATURA DE CIENCIA DE LA IMPLE

Rayna Lorena Ferreira Barroso (raynalorenafb@gmail.com)

Daniele Nascimento Frota Carneiro (daniele.nfc@gmail.com)

Julia Karla Oliveira Pereira (juliakopereira@gmail.com)

Bianca Jardim Vilhena (biancavilhena1977@gmail.com)

Adriany Da Rocha Pimentão (apimentao@uea.edu.br)

Graciela Marleny Rivera Chávez (graciriver77@gmail.com)

Resumo expandido em português

Introdução: A educação ambiental, quando compreendida apenas como orientação para conservação da natureza, restringe seu alcance formativo e

político. Em perspectiva crítica e complexa, o ambiente também é constituído por relações sociais, institucionais, éticas e pedagógicas que sustentam a vida coletiva, articulando diferentes saberes e modos de existência (1,2). No ensino superior, essa compreensão é relevante porque a universidade produz conhecimento, forma profissionais e organiza práticas capazes de fortalecer a sustentabilidade em dimensões humanas, sociais, organizacionais e acadêmicas. Assim, a sustentabilidade universitária não se limita a ações ecológicas pontuais, mas também se expressa no acolhimento, na cooperação, na corresponsabilidade e no diálogo entre campos do conhecimento, em consonância com a educação para o desenvolvimento sustentável (3).

Nesse contexto, a circulação discente entre áreas distintas pode operar como experiência formativa de educação ambiental ampliada. Ao deslocar fronteiras disciplinares, estudantes entram em contato com novas linguagens, métodos e problemas, desenvolvendo competências interdisciplinares necessárias à sustentabilidade no ensino superior (4). A vivência de uma estudante do campo jurídico em disciplina de pós-graduação da área da saúde e enfermagem permitiu reconhecer que o ambiente acadêmico também é produzido pelas relações que nele se estabelecem, pelas possibilidades de participação e pela abertura institucional ao diálogo. A ciência da implementação, ao tratar de contexto, adaptação, aceitabilidade, viabilidade, barreiras, facilitadores e sustentabilidade, contribui para pensar como boas práticas formativas podem ser planejadas, adaptadas e disseminadas em outros espaços universitários (5).

Objetivo: Relatar e analisar uma experiência interdisciplinar entre as áreas da saúde e do direito no contexto universitário, compreendendo-a como prática de educação ambiental ampliada e de sustentabilidade acadêmica, com ênfase nas relações de cuidado, saúde coletiva, ética, responsabilidade social, diálogo de saberes e implementação de boas práticas formativas no ensino superior.

Método: Trata-se de relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter crítico-reflexivo, elaborado a partir da participação discente em disciplina de

pós-graduação sobre ciência da implementação e disseminação do conhecimento em saúde e enfermagem, ofertada por programa da área da saúde e cursada por estudante vinculada à área jurídica. A escolha pelo relato de experiência justifica-se por permitir a sistematização de uma vivência formativa situada, valorizando percepções, aprendizagens e sentidos produzidos no encontro entre campos do conhecimento.

A experiência foi registrada por meio de anotações reflexivas, observação das interações pedagógicas, acompanhamento dos debates e sistematização das percepções produzidas nas aulas e atividades formativas. O material foi organizado de forma interpretativa, buscando identificar núcleos de sentido relacionados à ampliação do conceito de ambiente, à interdisciplinaridade, à sustentabilidade universitária, às práticas de cuidado, à saúde coletiva, à responsabilidade social e à implementação de boas práticas acadêmicas. A análise considerou a educação ambiental como processo formativo que integra dimensões ecológicas, sociais, institucionais, culturais e relacionais, aproximando-se do pensamento complexo e do diálogo de saberes (1,2). Também considerou referenciais contemporâneos sobre sustentabilidade no ensino superior e implementação de práticas em contextos complexos (3-5).

Resultados: A experiência evidenciou que o deslocamento para uma disciplina fora da área de origem favoreceu a revisão de concepções previamente naturalizadas sobre ambiente, sustentabilidade e formação acadêmica. Inicialmente, a educação ambiental poderia ser associada a ações ecológicas diretas, como conservação da natureza, gestão de resíduos ou redução de impactos ambientais. Contudo, a vivência interdisciplinar permitiu compreender que o ambiente também inclui espaços institucionais, relações pedagógicas, processos de aprendizagem, formas de convivência e condições que tornam possível a produção coletiva de conhecimento. O encontro entre referenciais da enfermagem, da saúde coletiva, do direito e da ciência da implementação ampliou a compreensão de que práticas sustentáveis dependem de relações institucionais saudáveis, corresponsabilidade e compromisso ético com a coletividade. A enfermagem, ao trazer a centralidade do cuidado, contribuiu para

pensar a sustentabilidade como prática cotidiana de manutenção da vida e organização de respostas coletivas. O direito possibilitou relacionar essas práticas aos princípios de justiça, cidadania, responsabilidade social e garantia de direitos. A saúde coletiva ofereceu compreensão ampliada sobre a interdependência entre sujeitos, instituições e condições sociais. Já a ciência da implementação permitiu refletir sobre caminhos para transformar boas ideias em práticas efetivas, adaptadas ao contexto e sustentadas ao longo do tempo (5). Observou-se que a educação ambiental pode ser operacionalizada em experiências pedagógicas que estimulam integração entre áreas, acolhimento de diferentes trajetórias acadêmicas e produção compartilhada de sentidos. A presença de uma estudante de área distinta não foi percebida apenas como participação externa, mas como oportunidade de ampliar debates, provocar conexões e questionar a rigidez das fronteiras disciplinares. Essa abertura contribuiu para reconhecer que problemas complexos, como sustentabilidade, cuidado, saúde, direitos e ambiente, exigem respostas interdisciplinares e competências colaborativas (2,4).

Como impacto formativo, a vivência fortaleceu postura interdisciplinar sensível às conexões entre saúde, direitos, ambiente e organização das práticas universitárias. A estudante reconheceu que a sustentabilidade acadêmica envolve tanto os conteúdos ensinados quanto os modos de ensinar, aprender, acolher e conviver. A disciplina possibilitou compreender que implementar uma prática sustentável requer planejamento, análise de contexto, identificação de barreiras e facilitadores, adaptação às realidades locais e avaliação contínua (5). Como produto da reflexão, sistematiza-se a experiência como boa prática ambiental no ensino superior. Essa boa prática consiste na abertura institucional para circulação de estudantes entre áreas, na promoção de disciplinas interdisciplinares, no estímulo ao diálogo entre saúde e direito e na valorização do cuidado como eixo ético da sustentabilidade. Tal prática demonstra que a educação ambiental não precisa estar restrita a atividades ecológicas; ela também ocorre quando a universidade cria condições para que sujeitos de diferentes campos aprendam juntos, reconheçam interdependências e construam respostas coletivas para desafios comuns (3,4). A ciência da implementação mostrou-se útil para pensar a adaptação, sustentação e

disseminação dessas práticas em outros espaços formativos. Ao considerar contexto, aceitabilidade, viabilidade, barreiras, facilitadores e sustentabilidade, essa abordagem contribui para que experiências interdisciplinares não permaneçam isoladas ou dependentes apenas da iniciativa individual, podendo ser reconhecidas, planejadas e institucionalizadas como estratégias acadêmicas comprometidas com a sustentabilidade (5). Também foram identificados desafios: a interdisciplinaridade exige disponibilidade institucional, flexibilidade curricular, acolhimento docente e abertura discente para transitar por linguagens diferentes.

Conclusão: A experiência analisada permite afirmar que a educação ambiental, no contexto universitário, precisa ser compreendida para além do natural. Ao integrar saúde, direito, cuidado, ética, ciência da implementação e sustentabilidade, a vivência interdisciplinar relatada revela que o ambiente acadêmico também é produzido pelas relações, práticas e escolhas institucionais que nele se estabelecem. Promover encontros entre centros, programas e campos do conhecimento constitui prática sustentável, pois amplia repertórios, fortalece vínculos, estimula corresponsabilidade e contribui para uma formação comprometida com a vida coletiva.

O relato aponta a relevância de reconhecer experiências interdisciplinares como boas práticas ambientais no ensino superior e de estimular sua institucionalização em processos formativos. A sustentabilidade universitária envolve tanto o cuidado com a natureza quanto o cuidado com as relações, os saberes, os sujeitos e as formas de produzir conhecimento. Portanto, a educação ambiental ampliada pode contribuir para formar profissionais sensíveis à complexidade dos problemas contemporâneos, capazes de atuar de modo ético, colaborativo e comprometido com sociedades mais justas, saudáveis e sustentáveis (1-5).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES), por meio de

bolsa PROEX/CAPES — Programa de Excelência Acadêmica — Código de Financiamento 001, conforme Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018.

Referências

Leff E. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez; 2012.

Morin E. Introdução ao pensamento complexo. 5a ed. Porto Alegre: Sulina; 2015.

UNESCO. Education for sustainable development: a roadmap. Paris: UNESCO; 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374802

Annelin A, Boström GO. Interdisciplinary perspectives on sustainability in higher education: a sustainability competence support model. Frontiers in Sustainability. 2024;5:1416498. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/sustainability/articles/10.3389/frsus.2024.1416498/full. DOI: 10.3389/frsus.2024.1416498

Damschroder LJ, Reardon CM, Widerquist MAO, Lowery J. The updated Consolidated Framework for Implementation Research based on user feedback. Implementation Science. 2022;17:75. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s13012-022-01245-0. DOI: 10.1186/s13012-022-01245-0

Resumen expandido en español

Introducción: La educación ambiental, cuando se comprende únicamente como orientación para la conservación de la naturaleza, restringe su alcance formativo y político. Desde una perspectiva crítica y compleja, el ambiente también está constituido por relaciones sociales, institucionales, éticas y pedagógicas que sostienen la vida colectiva, articulando diferentes saberes y modos de existencia (1,2). En la educación superior, esta comprensión es relevante

porque la universidad produce conocimiento, forma profesionales y organiza prácticas capaces de fortalecer la sostenibilidad en dimensiones humanas, sociales, organizacionales y académicas. Así, la sostenibilidad universitaria no se limita a acciones ecológicas puntuales, sino que también se expresa en la acogida, la cooperación, la corresponsabilidad y el diálogo entre campos del conocimiento, en consonancia con la educación para el desarrollo sostenible (3). En este contexto, la circulación estudiantil entre áreas distintas puede operar como una experiencia formativa de educación ambiental ampliada. Al desplazar fronteras disciplinares, los estudiantes entran en contacto con nuevos lenguajes, métodos y problemas, desarrollando competencias interdisciplinarias necesarias para la sostenibilidad en la educación superior (4). La vivencia de una estudiante del campo jurídico en una asignatura de posgrado del área de la salud y enfermería permitió reconocer que el ambiente académico también es producido por las relaciones que en él se establecen, por las posibilidades de participación y por la apertura institucional al diálogo. La ciencia de la implementación, al tratar contexto, adaptación, aceptabilidad, viabilidad, barreras, facilitadores y sostenibilidad, contribuye a pensar cómo buenas prácticas formativas pueden ser planificadas, adaptadas y diseminadas en otros espacios universitarios (5).

Objetivo: Relatar y analizar una experiencia interdisciplinaria entre las áreas de la salud y el derecho en el contexto universitario, comprendiéndola como práctica de educación ambiental ampliada y de sostenibilidad académica, con énfasis en las relaciones de cuidado, salud colectiva, ética, responsabilidad social, diálogo de saberes e implementación de buenas prácticas formativas en la educación superior.

Método: Se trata de un relato de experiencia, de abordaje cualitativo y carácter crítico-reflexivo, elaborado a partir de la participación estudiantil en una asignatura de posgrado sobre ciencia de la implementación y diseminación del conocimiento en salud y enfermería, ofrecida por un programa del área de la salud y cursada por una estudiante vinculada al área jurídica. La elección del

relato de experiencia se justifica por permitir la sistematización de una vivencia formativa situada, valorando percepciones, aprendizajes y sentidos producidos en el encuentro entre campos del conocimiento.

La experiencia fue registrada mediante anotaciones reflexivas, observación de las interacciones pedagógicas, seguimiento de los debates y sistematización de las percepciones producidas en las clases y actividades formativas. El material fue organizado de forma interpretativa, buscando identificar núcleos de sentido relacionados con la ampliación del concepto de ambiente, la interdisciplinariedad, la sostenibilidad universitaria, las prácticas de cuidado, la salud colectiva, la responsabilidad social y la implementación de buenas prácticas académicas. El análisis consideró la educación ambiental como proceso formativo que integra dimensiones ecológicas, sociales, institucionales, culturales y relacionales, aproximándose al pensamiento complejo y al diálogo de saberes (1,2). También consideró referentes contemporáneos sobre sostenibilidad en la educación superior e implementación de prácticas en contextos complejos (3-5).

Resultados: La experiencia evidenció que el desplazamiento hacia una asignatura fuera del área de origen favoreció la revisión de concepciones previamente naturalizadas sobre ambiente, sostenibilidad y formación académica. Inicialmente, la educación ambiental podía asociarse a acciones ecológicas directas, como conservación de la naturaleza, gestión de residuos o reducción de impactos ambientales. Sin embargo, la vivencia interdisciplinaria permitió comprender que el ambiente también incluye espacios institucionales, relaciones pedagógicas, procesos de aprendizaje, formas de convivencia y condiciones que hacen posible la producción colectiva de conocimiento. El encuentro entre referentes de la enfermería, la salud colectiva, el derecho y la ciencia de la implementación amplió la comprensión de que las prácticas sostenibles dependen de relaciones institucionales saludables, corresponsabilidad y compromiso ético con la colectividad. La enfermería, al traer la centralidad del cuidado, contribuyó a pensar la sostenibilidad como práctica cotidiana de mantenimiento de la vida y organización de respuestas

colectivas. El derecho permitió relacionar estas prácticas con los principios de justicia, ciudadanía, responsabilidad social y garantía de derechos. La salud colectiva ofreció una comprensión ampliada sobre la interdependencia entre sujetos, instituciones y condiciones sociales. A su vez, la ciencia de la implementación permitió reflexionar sobre caminos para transformar buenas ideas en prácticas efectivas, adaptadas al contexto y sostenidas a lo largo del tiempo (5). Se observó que la educación ambiental puede operacionalizarse en experiencias pedagógicas que estimulan la integración entre áreas, la acogida de diferentes trayectorias académicas y la producción compartida de sentidos. La presencia de una estudiante de área distinta no fue percibida solo como participación externa, sino como oportunidad de ampliar debates, provocar conexiones y cuestionar la rigidez de las fronteras disciplinares. Esta apertura contribuyó a reconocer que problemas complejos, como sostenibilidad, cuidado, salud, derechos y ambiente, exigen respuestas interdisciplinarias y competencias colaborativas (2,4). Como impacto formativo, la vivencia fortaleció una postura interdisciplinaria sensible a las conexiones entre salud, derechos, ambiente y organización de las prácticas universitarias. La estudiante reconoció que la sostenibilidad académica involucra tanto los contenidos enseñados como los modos de enseñar, aprender, acoger y convivir. La asignatura permitió comprender que implementar una práctica sostenible requiere planificación, análisis de contexto, identificación de barreras y facilitadores, adaptación a las realidades locales y evaluación continua (5). Como producto de la reflexión, se sistematiza la experiencia como buena práctica ambiental en la educación superior. Esta buena práctica consiste en la apertura institucional para la circulación de estudiantes entre áreas, la promoción de asignaturas interdisciplinarias, el estímulo al diálogo entre salud y derecho y la valorización del cuidado como eje ético de la sostenibilidad. Tal práctica demuestra que la educación ambiental no necesita estar restringida a actividades ecológicas; también ocurre cuando la universidad crea condiciones para que sujetos de diferentes campos aprendan juntos, reconozcan interdependencias y construyan respuestas colectivas para desafíos comunes (3,4).

La ciencia de la implementación se mostró útil para pensar la adaptación, sostenimiento y diseminación de estas prácticas en otros espacios formativos.

Al considerar contexto, aceptabilidad, viabilidad, barreras, facilitadores y sostenibilidad, este enfoque contribuye a que experiencias interdisciplinarias no permanezcan aisladas ni dependan solo de la iniciativa individual, pudiendo ser reconocidas, planificadas e institucionalizadas como estrategias académicas comprometidas con la sostenibilidad (5). También se identificaron desafíos: la interdisciplinariedad exige disponibilidad institucional, flexibilidad curricular, acogida docente y apertura estudiantil para transitar por diferentes lenguajes.

Conclusión: La experiencia analizada permite afirmar que la educación ambiental, en el contexto universitario, necesita ser comprendida más allá de lo natural. Al integrar salud, derecho, cuidado, ética, ciencia de la implementación y sostenibilidad, la vivencia interdisciplinaria relatada revela que el ambiente académico también es producido por las relaciones, prácticas y elecciones institucionales que en él se establecen. Promover encuentros entre centros, programas y campos del conocimiento constituye una práctica sostenible, pues amplía repertorios, fortalece vínculos, estimula la corresponsabilidad y contribuye a una formación comprometida con la vida colectiva. El relato señala la relevancia de reconocer experiencias interdisciplinarias como buenas prácticas ambientales en la educación superior y de estimular su institucionalización en procesos formativos. La sostenibilidad universitaria involucra tanto el cuidado de la naturaleza como el cuidado de las relaciones, los saberes, los sujetos y las formas de producir conocimiento. Por lo tanto, la educación ambiental ampliada puede contribuir a formar profesionales sensibles a la complejidad de los problemas contemporáneos, capaces de actuar de modo ético, colaborativo y comprometido con sociedades más justas, saludables y sostenibles (1-5).

El presente trabajo fue realizado con el apoyo de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES), mediante una beca PROEX/CAPES — Programa de Excelencia Académica — Código de Financiamiento 001, conforme a la Portaría n.º 206, de 4 de septiembre de 2018.

Referencias

Leff E. Aventuras de la epistemología ambiental: de la articulación de las ciencias al diálogo de saberes. São Paulo: Cortez; 2012.

Morin E. Introducción al pensamiento complejo. 5.ª ed. Porto Alegre: Sulina; 2015.

UNESCO. Education for sustainable development: a roadmap. Paris: UNESCO; 2020. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374802

Annelin A, Boström GO. Interdisciplinary perspectives on sustainability in higher education: a sustainability competence support model. Frontiers in Sustainability. 2024;5:1416498. Disponible en: https://www.frontiersin.org/journals/sustainability/articles/10.3389/frsus.2024.1416498/full. DOI: 10.3389/frsus.2024.1416498

Damschroder LJ, Reardon CM, Widerquist MAO, Lowery J. The updated Consolidated Framework for Implementation Research based on user feedback. Implementation Science. 2022;17:75. Disponible en: https://link.springer.com/article/10.1186/s13012-022-01245-0. DOI: 10.1186/s13012-022-01245-0

Expanded abstract in English

Introduction: Environmental education, when understood only as guidance for nature conservation, restricts its formative and political scope. From a critical and complex perspective, the environment is also constituted by social, institutional, ethical, and pedagogical relations that sustain collective life, articulating different forms of knowledge and modes of existence (1,2). In higher education, this understanding is relevant because the university produces knowledge, trains professionals, and organizes practices capable of strengthening sustainability in human, social, organizational, and academic

dimensions. Thus, university sustainability is not limited to specific ecological actions, but is also expressed through welcoming, cooperation, co-responsibility, and dialogue among fields of knowledge, in line with education for sustainable development (3). In this context, student circulation among distinct areas can operate as a formative experience of expanded environmental education. By shifting disciplinary boundaries, students come into contact with new languages, methods, and problems, developing interdisciplinary competencies necessary for sustainability in higher education (4). The experience of a student from the legal field in a graduate course in health and nursing made it possible to recognize that the academic environment is also produced by the relationships established within it, by possibilities for participation, and by institutional openness to dialogue. Implementation science, by addressing context, adaptation, acceptability, feasibility, barriers, facilitators, and sustainability, contributes to thinking about how good formative practices can be planned, adapted, and disseminated in other university spaces (5).

Objective: To report and analyze an interdisciplinary experience between the fields of health and law in the university context, understanding it as a practice of expanded environmental education and academic sustainability, with emphasis on care relations, collective health, ethics, social responsibility, dialogue among forms of knowledge, and implementation of good formative practices in higher education.

Method: This is an experience report with a qualitative approach and a critical-reflective character, developed from student participation in a graduate course on implementation science and knowledge dissemination in health and nursing, offered by a program in the health field and attended by a student linked to the legal field. The choice of an experience report is justified because it allows the systematization of a situated formative experience, valuing perceptions, learning processes, and meanings produced in the encounter among fields of knowledge. The experience was recorded through reflective notes, observation of pedagogical interactions, monitoring of debates, and systematization of

perceptions produced during classes and formative activities. The material was organized interpretively, seeking to identify nuclei of meaning related to the expansion of the concept of environment, interdisciplinarity, university sustainability, care practices, collective health, social responsibility, and the implementation of good academic practices. The analysis considered environmental education as a formative process that integrates ecological, social, institutional, cultural, and relational dimensions, approaching complex thinking and dialogue among forms of knowledge (1,2). It also considered contemporary frameworks on sustainability in higher education and implementation of practices in complex contexts (3-5).

Results: The experience showed that moving into a course outside the student's original area favored the revision of previously naturalized conceptions of environment, sustainability, and academic training. Initially, environmental education could be associated with direct ecological actions, such as nature conservation, waste management, or reduction of environmental impacts. However, the interdisciplinary experience allowed an understanding that the environment also includes institutional spaces, pedagogical relations, learning processes, forms of coexistence, and conditions that make the collective production of knowledge possible. The encounter among references from nursing, collective health, law, and implementation science broadened the understanding that sustainable practices depend on healthy institutional relations, co-responsibility, and ethical commitment to the collectivity. Nursing, by bringing the centrality of care, contributed to thinking of sustainability as a daily practice of maintaining life and organizing collective responses. Law made it possible to relate these practices to principles of justice, citizenship, social responsibility, and the guarantee of rights. Collective health offered a broader understanding of the interdependence among subjects, institutions, and social conditions. Implementation science, in turn, allowed reflection on pathways to transform good ideas into effective practices, adapted to context and sustained over time (5). It was observed that environmental education can be operationalized through pedagogical experiences that encourage integration among areas, the welcoming of different academic trajectories, and the shared

production of meanings. The presence of a student from another area was not perceived merely as external participation, but as an opportunity to broaden debates, provoke connections, and question the rigidity of disciplinary boundaries. This openness contributed to recognizing that complex problems, such as sustainability, care, health, rights, and the environment, require interdisciplinary responses and collaborative competencies (2,4). As a formative impact, the experience strengthened an interdisciplinary stance sensitive to the connections among health, rights, environment, and the organization of university practices. The student recognized that academic sustainability involves both the content taught and the ways of teaching, learning, welcoming, and coexisting. The course made it possible to understand that implementing a sustainable practice requires planning, context analysis, identification of barriers and facilitators, adaptation to local realities, and continuous evaluation (5). As a product of the reflection, the experience is systematized as a good environmental practice in higher education. This good practice consists of institutional openness to student circulation among areas, the promotion of interdisciplinary courses, the encouragement of dialogue between health and law, and the valorization of care as an ethical axis of sustainability. Such practice demonstrates that environmental education does not need to be restricted to ecological activities; it also occurs when the university creates conditions for subjects from different fields to learn together, recognize interdependencies, and build collective responses to common challenges (3,4). Implementation science proved useful for thinking about the adaptation, sustaining, and dissemination of these practices in other formative spaces. By considering context, acceptability, feasibility, barriers, facilitators, and sustainability, this approach helps ensure that interdisciplinary experiences do not remain isolated or depend only on individual initiative, but can be recognized, planned, and institutionalized as academic strategies committed to sustainability (5). Challenges were also identified: interdisciplinarity requires institutional availability, curricular flexibility, faculty welcoming, and student openness to move through different languages.

Conclusion: The analyzed experience allows us to affirm that environmental education, in the university context, needs to be understood beyond the natural

dimension. By integrating health, law, care, ethics, implementation science, and sustainability, the reported interdisciplinary experience reveals that the academic environment is also produced by the relationships, practices, and institutional choices established within it. Promoting encounters among centers, programs, and fields of knowledge constitutes a sustainable practice, as it broadens repertoires, strengthens bonds, encourages co-responsibility, and contributes to training committed to collective life. The report points to the relevance of recognizing interdisciplinary experiences as good environmental practices in higher education and encouraging their institutionalization in formative processes. University sustainability involves both care for nature and care for relationships, knowledge, subjects, and ways of producing knowledge. Therefore, expanded environmental education can contribute to training professionals who are sensitive to the complexity of contemporary problems and capable of acting ethically, collaboratively, and in commitment to more just, healthy, and sustainable societies (1-5).

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES), through a PROEX/CAPES scholarship — Academic Excellence Program — Finance Code 001, pursuant to Ordinance No. 206, of September 4, 2018.

References

Leff E. Adventures in environmental epistemology: from the articulation of sciences to the dialogue of knowledge. São Paulo: Cortez; 2012.

Morin E. Introduction to complex thinking. 5th ed. Porto Alegre: Sulina; 2015.

UNESCO. Education for sustainable development: a roadmap. Paris: UNESCO; 2020. Available from: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374802

Annelin A, Boström GO. Interdisciplinary perspectives on sustainability in higher education: a sustainability competence support model. Frontiers in Sustainability. 2024;5:1416498. Available from:

https://www.frontiersin.org/journals/sustainability/articles/10.3389/frsus.2024.1416498/full. DOI: 10.3389/frsus.2024.1416498

Damschroder LJ, Reardon CM, Widerquist MAO, Lowery J. The updated Consolidated Framework for Implementation Research based on user feedback. Implementation Science. 2022;17:75. Available from: https://link.springer.com/article/10.1186/s13012-022-01245-0. DOI: 10.1186/s13012-022-01245-0

Palavras-chave: educação ambiental; interdisciplinaridade; sustentabilidade universitária; saúde coletiva; boas práticas acadêmicas / educación ambiental; interdisciplinariedad; sostenibilidad universitaria; salud colectiva; buenas prácticas académicas / environmental education; interdisciplinarity; university sustainability; collective health; good academic practices.